

Este artigo analisa práticas cotidianas de mulheres – moradoras das favelas Praia da Rosa e Sapucaia, situadas na Ilha do Governador, na cidade do Rio de Janeiro – referidas à reprodução social no espaço/favela, envolvendo habitação, trabalho e família; recupera parte da pesquisa teórico-empírica realizada em 2003 realçando, *impressões* da pesquisadora, interpretação dos *dados qualitativos* obtidos por meio de 40 entrevistas semiestruturadas com mulheres (as *falas* são identificadas como: PRO- Praia da Rosa e SPC-Sapucaia) e, elementos do *teor de suas falas*. A pesquisa resultou na Tese de Doutorado, sob a orientação da professora Dr^a Ana Clara Torres Ribeiro (Pelegrino, 2003).

As práticas cotidianas em favelas no Rio de Janeiro possuem singularidades determinadas pelos processos de modernização, cuja apreensão depende da valorização da dimensão cultural. A vida dessas mulheres contém mais do que a aparência imediata. Certamente, não conseguimos aproximarmos e compreender estas práticas sem considerar sua aparência imediata. Porém, não intencionávamos nela permanecer, como procuraremos expor a seguir.

Na cidade do Rio de Janeiro, a *problemática* das favelas movimenta discussões políticas na sociedade em geral. O aumento da violência, a ineficiência de políticas públicas de habitação, trabalho, saúde, educação e segurança têm contribuído para o crescimento de leituras estereotipadas sobre as favelas cariocas. À medida que o Estado afasta-se das questões sociais, os moradores buscam alternativas diversas. A impossibilidade de escolher o local de moradia é determinada por motivos que escapam ao poder de determinação da própria vida por parte dos indivíduos pertencentes às classes populares. Nestas situações, os arranjos familiares e as redes de solidariedade, em *comunidades carentes*, se fortalecem.

A categoria modernidade e os processos de modernização explicam o surgimento e adensamento de favelas no Rio de Janeiro no bojo das experiências de urbanização (Pelegrino, 2003). Propõe-se a reconhecer as diferentes modernizações – habitação, trabalho e família – no cotidiano de moradores de favela. Lefebvre apresenta contribuição sobre o cotidiano, para “mostrar sua dualidade, sua decadência e fecundidade, sua miséria e riqueza” (1991, p. 18). A orientação deste autor é construir por meio da concepção dialética, uma reflexão sobre as possibilidades de “diálogo” entre o homem da filosofia e o homem do cotidiano.

As práticas sociais heterogêneas são construídas nas cidades a partir de universos culturais distintos. Diante da multiplicidade de valores, subjacentes às práticas exige-se um recorte analítico para visualizar modos de vida através da noção de lugar (Santos 1999). Ao conceber o lugar como intermediário entre mundo/indivíduo, este autor estimula a favela como um contexto, um meio social, entre cidade/indivíduo; pois, “cada lugar é a sua maneira o mundo” (Ibid., p. 252). A favela como lugar onde a sociabilidade produzida contém a materialização de princípios e práticas ordenadores das relações sociais. Na dialética da vida, singularidades e particularidades de cada lugar coexistem na totalidade do espaço social.

A valorização do lugar/favela e de suas particularidades não pode ser alcançada através do isolamento analítico da favela. É da relação com a cidade que advém conteúdos identitários do lugar/favela. Onde, “o cotidiano não é um espaço-tempo abandonado, não mais o campo deixado à liberdade e à razão ou a bisbilhotice individuais” (Lefebvre, 1991, p. 81). As práticas das mulheres podem revelar o que permanece obscurecido na própria cotidianidade não revelada ou, não conquistada.

As favelas foram urbanizadas, em 1998, através do Programa Bairrinho/Favela-Bairro. Nestas favelas, a exemplo de outras favelas, bairros periféricos e conjuntos populares, verificam-se experiências internas que, ao valorizarem o lugar, podem transformar a favela num espaço de encontro e, de novas formas de sociabilidade, assentadas não na tolerância pragmática e na indiferença, mas, sim, em interesse ativo pelo Outro. A favela como lugar aonde a “força própria do lugar vem das ações menos pragmáticas e mais espontâneas, frequentemente, baseadas em objetos tecnicamente menos modernos e que permitem o exercício da criatividade” (Santos, 1999, p. 182).

O interesse dos moradores pela permanência na cidade reforça a ideia de que, na cidade, as oportunidades de vida parecem maiores, porque é o espaço do *turbilhão moderno* (Berman, 1998). Há encontros que se realizam nas ruas, nos bairros, e, também, nos locais destinados às conversas, ao lazer e, sobretudo, às trocas que alimentam as múltiplas formas de sociabilidade. Nas *falas* é possível reconhecer dois tipos de sociabilidade no espaço/favela: a sociabilidade compulsória, determinada e formatada pelo espaço/favela, e a sociabilidade eletiva, caracterizada como instrumento das estratégias de sobrevivência, sendo, desse modo, imprevisíveis, já que cotidianamente construídas.

As mulheres foram unânimes em reconhecer os benefícios e, as mudanças provocadas pela urbanização, pois “*essa urbanização foi a melhor coisa que fizeram pra gente aqui,*

porque eu morei dentro de maré, eu morei dentro de quatro paredes feita de madeiras velhas, fincadas com quatro pernas de três, eu sendo pesada do jeito que eu sou, uma vez chegou a afundar comigo dentro, foi terrível, foi uma experiência que eu passei tremenda na minha vida. Meu esposo teve que entrar na maré pra poder ajeitar o barraco, levantar o barraco. As minhas filhas caíram dentro da maré, uma inclusive ficou toda suja quando tinha sete anos, era cabelo, que ela tinha o cabelo grande, cabelo, dentro de orelha, foi terrível. As experiências que eu tive com a maré na época foram as piores possíveis, eu dou graças a Deus de ter vindo pra frente ter conseguido pelo menos uma casinha de tijolo, então eu dou graças a Deus por isso, nesses dezoito anos de experiência na Praia da Rosa” (PRO 11).

O caráter pontual das intervenções públicas em favelas também é registrado pelas mulheres. Ou seja, *“ainda tem muita coisa pra ser visto dentro dessa comunidade. Ainda tem casas que às vezes a maré enche, chove e enche a ciclovia. Acho que teria que ser visto essa parte também”* (informante PRO 15). Algumas falas de mulheres demonstram que nem as obras de manutenção são realizadas nas favelas, pois, *“o esgoto, por exemplo, a última vez que choveu aqui, essa partezinha aqui tava entupida, da onde corre até lá. Que não tinha esse cano que corre e joga pra rua, então aqui quando chovia, chovia tudo, aí invadia a casa, aí depois que botou aí melhorou. Mas é tipo assim, se não limpar (...) não sai daqui, se o pessoal daqui não se reunir pra limpar, e entupir esse bueiro da rua, aí quando chove não dá, invade a casa. A última chuva que teve aqui invadiu, fica horrível, junto com fezes, tudo”* (SPC 2).

A proximidade das casas na favela impõe um tipo de sociabilidade compulsória. O contato diário entre os moradores, dada a estreiteza dos becos e ruelas parece suscitar, o desejo de preservar certa intimidade como mecanismo de proteção contra as *“interferências dos vizinhos na vida de cada um”* (PRO 11). A preservação da intimidade, procurada num contexto de sociabilidade compulsória, é construída e negociada diariamente, entre as mulheres. As negociações dos limites e possibilidades das relações entre os indivíduos estão em toda a parte. Não são exclusivas do espaço/favela, já que como define a entrevistada, *“não por ser uma favela, mas eu acho que em qualquer lugar, se você vai morar, você primeiro tem que dialogar, conhecer as pessoas, conversar saber com quem você está lidando porque é uma favela, mas eu vou ser sincera, tem muita gente boa”* (PRO 13).

As falas sugerem que a proximidade das casas de fato impede a preservação da intimidade, o se manter longe *“dos fuxicos dos vizinhos”*. Porém, mesmo quando havia a intenção de possíveis laços mais estreitos com os vizinhos, havia certa ambiguidade na avaliação da interferência dos vizinhos no cotidiano. De um lado, *“Olha o caso é o seguinte, eu sou muito caseira, eu conheço todo mundo, mas é assim, bom dia, boa tarde, boa noite, não sou muito*

de ir em casa de vizinho” (PRO 2). Ou ainda, expressando a ambiguidade nas relações de vizinhança, “os vizinhos? São umas pessoas legais, mas também eu vivo mais na minha casa. Eu não vivo na casa das pessoas, eu só passo, oi tudo bem, então pra mim são maravilhosos! Olha eu vou te contar, eu nunca tive ajuda. Também eu nunca pedi, nunca precisei. Porque eu se tiver um ovo eu como ele e fico na minha, não peço nada a ninguém, entendeu, por isso que eu não posso dizer são amigos” (PRO 4).

De outro lado, estão aquelas que permitem a entrada e a permanência de vizinhos no espaço da casa, inclusive atendendo ao telefone sem sequer *“pedir autorização a dona da casa”*. Um fato curioso aconteceu durante essa entrevista: enquanto conversávamos, uma vizinha tentava participar ativamente do diálogo. Interferia, tentando indicar fatos que, por ventura, julgava terem sido esquecidos ou omitidos. Alguns segredos devem ser preservados para assegurar a privacidade, *“porque eu não gosto de me meter na vida de ninguém e não gosto que ninguém se meta na minha. E aqui é o que mais tem, adoram se meter na nossa vida. Então eu prefiro ficar reservada” (PRO 10)*. Enquanto a vizinha atendia ao telefone, a informante aproveitou *“a folga”* para revelar que a sua filha está grávida e, que *“por enquanto, ninguém pode, ainda, ficar sabendo” (PRO 10)*.

As relações necessárias à montagem de estratégias de sobrevivência são do tipo de sociabilidade eletiva. Desta emerge a confirmação de que o fato de todos estarem em situação de carência material pode explicar a junção de esforços como tática de enfrentamento. Essa junção não é desinteressada, pois se vincula às possibilidades de manter-se vivo, mesmo diante da impossibilidade de escolha do local de moradia, pois *“eu moro aqui porque não tenho condições de morar em outro lugar. Se eu tivesse eu moraria em outro lugar. Porque eu não gosto muito daqui não, é um lugar muito pobre muito carente... Pode falar mais, se quiser eu falo! Pessoal tudo desempregado, não tem renda nenhuma aqui, pessoal baixa renda mesmo, muito pobrezinho. Eu gostaria de morar num lugar melhor porque quem não gostaria, acho que muita gente gostaria porque você morar num lugar que as pessoas têm condições tem como você sobreviver melhor, eu acho isso” (PRO 4)*. A moradia na favela aparece na quase totalidade dos depoimentos, como imposição das circunstâncias sociais: *“Pra eu sair daqui pra morar num lugar pior, eu prefiro ficar aqui mesmo. Só se eu fosse morar no asfalto, mas pra eu sair daqui pra ir pra outra favela pior que essa, eu fico nessa mesmo” (SPC 9)*. A busca por outro local de moradia surgiu em algumas falas associada ao medo, à dificuldade de criar os filhos e, também, às poucas perspectivas de vida. Ou seja, *“com certeza, se eu tivesse condições, mudaria daqui, por que eu tenho 3 filhos e eu queria um futuro pros meus filhos que não fosse esse aqui” (PRO 7)*. Porém, as moradoras mais antigas que nasceram nas favelas ou lá moram há mais de vinte anos,

expressam sentimento de pertencimento ao lugar, raízes e afeto. E, *isso é uma coisa muito séria, sabe. Meus filhos já quiseram que eu saísse daqui. Mas, sinceramente, eu não tenho vontade de sair daqui não. Fui criada aqui. Aqui é tranquilo e sossegado. Esse negócio de bang bang, polícia, é lá fora. Pra entrar na minha casa tem que pedir licença*” (PRO 10).

A habitação popular somente recebeu atenção do poder público através de intervenções moralistas e com preocupações higienistas, no início do século XX. Os programas habitacionais voltados para os pobres não conseguem ao menos assegurar qualidade das construções e, nem sequer, oferecer condições de vida, minimamente, satisfatórias, para aqueles que vivem do trabalho, cujo salário reduzido e intermitente, deve ser conseguido por meio de estratégias e táticas de sobrevivência, ou seja, buscados na informalidade. Pois, se a arrumação do espaço físico das favelas, a disposição das ruas, casas, barracos e edificações comerciais não podem ser explicados pela via clássica, como querem os formuladores oficiais das políticas públicas de habitação, o mesmo parece ocorrer nas estratégias e táticas de sobrevivência.

O trabalho é fonte de criação e recriação da vida de homens e mulheres; é um elemento determinante e, ao mesmo tempo expressivo dos múltiplos processos de exclusão. As atividades de geração de renda nas favelas são reconhecidas como trabalho. Villoria (1999) revaloriza o conceito de trabalho, por meio da sua dimensão espacial, e do valor atribuído pelos indivíduos e, não, às estruturas sociais (mercado de trabalho). As alterações nos processos de trabalho – como aumento do tempo livre; trabalho realizado no local de moradia, redução do tempo de trabalho, dentre outras – devem ser relativizadas no cotidiano dos *pobres urbanos*.

A pesquisa reconheceu que, cotidianamente, a *criatividade* movimenta o trabalho das mulheres. São formas alternativas de geração de renda, porque escapam aos modelos da *racionalidade dominante* e às determinações do mercado de trabalho formal. Em conjunturas desfavoráveis, a criação de postos formais de trabalho, entre os segmentos pobres e, com baixa qualificação profissional, verifica-se a criação de novas formas de inserção ocupacional, como o trabalho autônomo e, no caso das mulheres as ocupações não assalariadas: produção e reprodução de estratégias de sobrevivência, que “por estarem mais associadas ao baixo rendimento e a formas precárias de trabalho, tendem a serem justamente os trabalhadores com menor escolaridade os principais exploradores dessas oportunidades ocupacionais ou, de maneira mais precisa, categorias disfarçadas de desemprego” (Pochmann, 2005, p. 105).

A maioria dos moradores de favelas está distante da lógica do mercado formal, do emprego formal, competitivo, tecnicamente qualificado. Porém, não sabemos se essa aproximação é possível ou, mesmo, se é desejada. O trabalho – geração de renda? – das mulheres das favelas foge aos parâmetros do chamado *capitalismo/acumulação flexível* (Harvey, 1999). Foge porque se circunscreve na esfera da sobrevivência imediata, são as estratégias e táticas de sobrevivência, tais como manicura, costureira, boleira, doceiras, cuidadora, dentre outras, as quais não possuem a sofisticação tecnológica, o intenso grau de comercialização e, nem muito menos, a indicada compressão do espaço-tempo, de que nos fala este autor.

As mulheres domésticas estão, em geral, na condição de trabalho temporário e, com pouca ou mesmo nenhuma garantia trabalhista. São mulheres que, na ausência de oportunidades melhores, submetem-se à instabilidade e à baixa remuneração. Pois, *“Eu comecei a trabalhar com 12 anos em casa de família, eu nem tinha 12 anos ainda, Se eu pudesse arrumava outra coisa, mas não tem como, não estudei, não tive oportunidade de estudar. Saí do colégio interno e fui diretamente trabalhar. Vou e volto a pé. Eu e ele, eu não tenho com quem deixar ele. Mas aí de lá eu levo ele na escola aí depois eu pego. Agora é só uma vez na semana, nos outros dias da semana eu levo e trago ele a pé, e eu trabalho perto da escola dele”* (SPC 11).

O cotidiano dessa mulher envolve o cuidado com o filho, o que reduz seu grau de liberdade para buscar alternativas de trabalho, ou seja, *“como é que eu vou trabalhar com ele? Não tem como eu trabalhar com ele. Eu trabalho nessa casa desde que ele tinha 10 meses, ele ficou doente, ele ficou dois meses doente, que eu tinha mais duas, as outras não entenderam, arrumaram outra, aí eu levo ele, mesmo ele tando doente eu levo ele, aí tô até hoje. Agora como é que eu vou arrumar outro com ele? A minha filha agora tá trabalhando, mas ela tinha saído de casa pra morar com o namorado, aí não deu certo, voltou. Agora, mesmo quando ela tá em casa ela fica pelo meio da rua”* (SPC 11).

O emprego doméstico permite acesso à renda e a conciliação com o cuidado dos filhos. As relações do trabalho doméstico tendem a diluir os vínculos que regem o contrato formal. Destacamos as fluidas e personalizadas relações que regem o trabalho da empregada doméstica no Brasil (Soares, 1999). Em algumas *falas*, verifica-se a preferência revelada pelo emprego doméstico; justificada pela impossibilidade de conseguir “emprego melhor” em função do “pouco estudo e, da pouca profissionalização”. Para uma das mulheres, a aceitação de ganhos monetários inferiores aos auferidos pelo mercado que regula as relações do emprego doméstico, ocorre “em troca da permissão da parte da patroa para levar o filho menor para o serviço” (informante SPC 11). Essa realidade encobre a exploração do trabalho,

subvertendo a lógica da exploração pela lógica do favor e da tolerância interessada da parte das “patroas”.

A disposição para trabalhar está presente em todas as *falas*. Diante das dificuldades cotidianas, sobretudo frente às restrições financeiras, o tempo de lazer é praticamente inexistente na vida das mulheres das favelas estudadas. O trabalho, ou a sua busca, absorve, todo o tempo de vida dessas mulheres. A jornada diária, incluindo o trabalho doméstico, o cuidado com filhos e netos é descrita como exaustiva para o conjunto das mulheres: *“Comecei com 14 anos, em casa de família, fazia tudo. Hoje, é uma vez na semana numa casa, em outra na outra, assim numa casa e noutra, são duas vezes na semana que eu passo o dia fora. A roupa elas lavam lá e é só pra mim passar. Tem outras que eu levo aqui, vou buscar na casa, lavo, passo, levo de novo. Meu dia a dia é todo dia na máquina ou no ferro, e aqui na locadora”*. E sobre lazer? *“É muito raro. Primeiro que eu não gosto de sair de dentro de casa, sou bicho do mato, às vezes é que eu resolvo tomar uma skolzinha, aí vou lá fora”* (PRO 10). Assim, em sua jornada diária, o trabalho de lavadeira é sobreposto à atividade comercial que realiza juntamente com uma das filhas que mora com ela: locadora de videogame mantida na própria casa.

O desejo de possuir uma casa aparece na totalidade dos depoimentos. Mesmo aquelas que não moram de aluguel, dirigem as suas energias no trabalho, na busca da melhoria da habitação. As melhorias incluem obras que são executadas conforme a disponibilidade financeira, pois, *“o que eu posso fazer na minha casa pra melhorar eu faço, assim como trabalhar, construir e tudo que eu posso melhorar na minha casa. Na minha própria casa, eu tô fazendo melhoria pra mim, pra viver melhor, ter uma vida melhor. Pra dizer a verdade eu só trabalho pra poder melhorar. Eu trabalho desde os 8 anos de idade, e hoje dou graças a Deus de estar num emprego fixo e com esse emprego fixo que eu consigo fazer aquelas coisas que eu quero, obra, ter objetos dentro de casa, melhorar a minha casa”* (PRO 15).

Na vida dessas mulheres o imperativo da sobrevivência e, a *“esperança de uma vida melhor para os filhos”*, de fato, movimentam a busca por trabalho. Ao serem *“incorporadas”* pela racionalidade dominante, as mulheres respondem com novos arranjos de sociabilidade. A impossibilidade de um cotidiano individualizado *“típico”* da inspiração burguesa é praticamente impossível para os moradores de favela, pois que estão compelidos às regras de convivência determinadas pela proximidade física dos domicílios. Por outro lado, esta proximidade pode viabilizar a construção de soluções para a sobrevivência. Mas, não são práticas ingênuas, pacíficas e, nem desinteressadas.

As mulheres expressam o desejo de contribuir para que os filhos possam ter melhores condições de vida, pois *“trabalhar... bom, hoje em dia a gente trabalha pra vencer, mas quando eu era pequena eu não gostava de trabalhar não, trabalhava porque a gente passava necessidade, se não trabalhasse não tinha, então eu trabalhava porque eu era obrigada. Agora se pudesse ficar em casa, tomar conta das crianças, tivesse um rendimento, uma situação boa, um local bom, aí era outra coisa, mas aqui a gente tem que trabalhar, lutar pra poder ver se a gente melhora de vida* (PRO 7). Assim, canalizam toda energia e criatividade na direção de construir um futuro melhor para os filhos, diferente, portanto, da vida que possuem, o que reafirma a família como fundamental na reprodução imediata e futura.

A diversificação dos trabalhos das mulheres acompanha seu grau de incerteza diária: *“desde os 7 anos de idade, eu comecei a trabalhar, fiquei em várias coisas, na roça, na lavoura, fazia muitas coisas, carregava água pras pessoas, tratava da janta também, com 7 anos de idade, trabalhava em casa de família, nesse negócio de mandioca. Mais o que? Ah! Muita coisa que eu fazia!”* (PRO 4). As atividades são transitórias e imprevisíveis. O tempo do trabalho, ou seja, a capacidade de prever e organizar estratégias demonstra a existência de uma lógica, no mínimo, curiosa. O horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, sobretudo os bares ou “botequins”, são distintos dos espaços/não favela, expressão das particularidades ordenadoras do tempo no espaço/favela.

As práticas cotidianas desenvolvem-se repetitiva e inventivamente. A criatividade e a invenção criam condições de reprodução social. Para Lefebvre, o cotidiano é visto por meio de dois quadros: *“a miséria do cotidiano e a grandeza do cotidiano”* (1999, p. 42). Trata-se, de um lado, da relação imediata com a sobrevivência, ou seja, *“com os trabalhos enfadonhos, as humilhações, a vida da classe operária, a vida das mulheres sob as quais pesa a cotidianidade”*. E, do outro, há a riqueza do cotidiano, ou seja, a *“sua grandeza”*. O desenrolar das estratégias e táticas de sobrevivência; seus tempos, suas vivências, suas realizações e incompletudes, permitem reconhecer a *“criação de um mundo prático-sensível a partir de gestos repetitivos”* (Ibid., p. 43).

Descobrir os tempos “exatos” para alcançar ganhos materiais faz parte do cotidiano. A conciliação dos tempos das atividades de casa e da rua é recorrentemente apontada. O salão de cabeleireiro montado em cima da casa de uma das mulheres é expressivo dessa preocupação com os diferentes, mas concomitantes, tempos das atribuições. Ou seja, *“é muito bom, porque ao mesmo tempo que eu tô atendendo meus clientes lá em cima, eu tô aqui em baixo fazendo as minhas coisas. Então pra mim, trabalhar em casa, é muito bom. Assim que*

abriu o salão, quando eu terminei de fazer o curso, a professora queria que eu ficasse lá trabalhando no salão, mas aí eu achei melhor ficar dentro de casa” (SPC 5).

A conciliação dos tempos cotidianos é relevada na opção por montar um negócio no espaço/favela. Há dificuldades de naturezas diversas nesta opção. De acordo com a informante, o salão foi sendo montado aos poucos, com a ajuda do ex-marido. Além disso, *“aqui eu já tenho a minha freguesia. Lá [em Itaguaí, onde morava antes de vir para Sapucaia] eu tinha que começar do zero. Lá eu tinha que começar a fazer freguesia, lá eu tinha que arrumar uma pessoa pra tomar conta da minha filha. Aqui não, ela estuda aqui pertinho, se eu não posso levar, minha cunhada leva, o meu sogro pega pra mim, leva e lá em Itaguaí, não, eu tinha que arrumar uma pessoa pra tomar conta dela, pra mim trabalhar no salão de outra pessoa porque pra mim começar, abrir um salão pra mim ia ser muito difícil” (SPC 5).*

A manutenção do negócio no espaço/favela exige o cumprimento de regras de convivência com a vizinhança. O fato de o salão estar localizado na entrada da favela favorece a procura pelos serviços oferecidos, o que pode significar aumento da clientela. É também na entrada da favela que se localiza a “boca de fumo”, o que pode intimidar os seus possíveis frequentadores. Mas, há táticas para minimizar os efeitos do narcotráfico no trabalho: *“porque são eles [os vizinhos, inclusive, “os meninos do movimento”] que praticamente me sustentam, porque a maioria dos meus clientes são mais daqui, entendeu. Então assim... eu não tenho aquele contato assim deles frequentarem a minha casa, eu frequentar a casa deles, porque eu também não gosto. Eu trato eles assim, profissionalmente, bom dia, boa tarde, boa noite. Sobe corta o cabelo, cada um para suas casas, não gosto de ninguém enfurnado na minha casa” (SPC 5).*

A valorização da dimensão cultural tem envolvido diversos setores da sociedade. Entretanto, esse fenômeno parece ocorrer, com mais ênfase, nos setores populares, onde as múltiplas carências são mais pronunciadas. Tratar-se-ia então, da necessidade de investir em novas formas de solidariedade, num cotidiano mais criativo, no fomento à criação de novas atividades voltadas à geração de renda? O amadurecimento de questões como essa pode ser capaz de renovar a esfera da política, assegurando, assim, a democracia, a cidadania e o alcance do “humanismo concreto” (Santos, M., 2000).

O significado da família e sua importância para a vida social expressam seu caráter transhistórico. Com o advento da modernidade, distintos processos que alteram radicalmente o curso da vida e as diferentes formas de organização social, alteram também a família. Para Perrot (1994, p. 95), a família ocidental “triumfa” diante da tentativa “fracassada” do projeto revolucionário francês de subverter as fronteiras entre as duas

esferas. Este fracasso decorreria da resistência dos indivíduos, que insistem em manter a força dos costumes e da tradição diante das exigências da modernidade. Esta autora reconhece o crescente interesse do Estado pela família, sobretudo pelas famílias pobres; quando a concepção de “classes perigosas”, disseminada pelos segmentos burgueses dominantes, passa a ordenar as estratégias de controle e dominação acionadas para a consolidação do projeto da moderna civilização ocidental. Todavia, a despeito das iniciativas que buscam ordenamento societário orientado pelo modo de vida urbano capitalista-burguês, a família pobre, com as suas funções específicas, resiste.

A família é fundamental para a reprodução material e espiritual dos moradores de favela. Ademais, não reificamos a família pobre considerando-a, somente, uma entidade potencializadora de ganhos monetários. Concordamos com Sarti (1995, p. 131), que “a família não é apenas o elo afetivo mais forte dos pobres, o núcleo de sua sobrevivência material e espiritual, mas constitui valor fundamental”. A orientação de Hobsbawm (1995, p. 314) sobre “revolução cultural” realiza-se “através da estrutura das relações entre os sexos e gerações” e, portanto, através da família e da casa. O surgimento de novos arranjos familiares, especialmente a partir da segunda metade do século XX, - para o que concorrem: o aumento no número de divórcios, e a redução da taxa de fecundidade, decorrência do aumento do número de abortos, de pessoas que vivem sós - demonstra claramente “a crise da família”, a partir dos anos 1980. Todavia, o autor destaca que as tendências expressam-se de forma diferenciada nas várias regiões do mundo.

Na cotidianidade do espaço/favela, a família possui centralidade na totalidade das *falas*, porque “*nessa parte de ter aberto a rua, a urbanização piorou, porque eles [“ os meninos do tráfico”] não ficavam aqui, eles ficavam do outro lado, porque aqui não tinha passagem de carro, entrava pelo outro lado, ou pelo beco ali, na outra frente lá embaixo. Agora aqui ficou o acesso de Praia da Rosa e Sapucaia, eles ficam aí direto, armados. Principalmente pelo fato dos bandidos ficarem aqui armados, minha filha vê isso todo dia, tem tiroteio, às vezes muitos palavrões aqui na frente. Minha filha quando era pequenininha, ela falava também, eu tinha que brigar com ela. Não pode falar, Ah Mas eu vejo os outros falar! Mas se eu tivesse condições eu moraria em outro lugar, com certeza, mas enfim...”* (SPC 5).

A casa das mulheres contém elementos físicos específicos, mas também traços culturais da formação social brasileira. Os moradores desses espaços resistem às imposições culturais e respondem com alternativas de sociabilidade no espaço/favela. A busca por proteção e abrigo realiza-se na casa, onde acontecem trocas íntimas, relações de afeto e

desafeto. Na casa acontecem as tarefas cotidianas: alimentação, vestuário, saúde e, é onde os sonhos e projetos futuros adquirem os primeiros contornos.

Para as mulheres a casa é, de fato, “o maior castelo do mundo”! *O maior castelo é a minha casa! E a minha família é tudo, na minha vida os meus filhos e meus netos, é tudo na minha vida. Pode perguntar minhas noras, meus filhos... Que eu amo muito meus filhos e meus netos!* (PRO 3). A caracterização da casa como castelo indica que não apenas o conforto material constitui o abrigo; mas que diante das sistemáticas negações de condições satisfatórias de vida, a família e a casa adquirem relevância. Além do valor atribuído a casa conseguida através de muita luta, na maioria das vezes sem suporte efetivo de políticas públicas, a casa é espaço propiciador de “alívio” frente às dificuldades cotidianas da cidade como um todo, pois *“quando trabalhava com faxina e cuidava de crianças era diferente, né, é bom a gente estar em casa, a gente trabalhar porque precisa trabalhar, mas quando a gente chegava em casa é bom, a gente não vê hora de vim pra casa”*. Mesmo com todas as dificuldades, é bom (SPC 10).

A relevância da família para os pobres urbanos pode ser (e tem sido) associada às possibilidades de enfrentamento dos obstáculos cotidianos. A totalidade das mulheres contou e ainda conta com a “ajuda dos filhos maiores na criação deles próprios e dos filhos menores”, para que o trabalho remunerado possa ser realizado; *“eu deixava o mais velho com o caçula, ele sendo mais velho, levava o caçula pra escola, nesse meio tempo ele tomava conta do caçula, eu ia trabalhar, ele levava o outro pra escola e ia buscar e ficava trancado dentro de casa até a hora de eu chegar e assim eu fui vivendo”* (SPC 9).

No teor das falas, constatamos que há certa descrença com relação às redes de solidariedade que extrapolem os laços consanguíneos: *“Eu fico feliz da gente ter pelo menos um cantinho, porque tem gente que quer ter uma coisa, né... mesmo um barraquinho caindo e não tem... Às vezes a gente fica assim querendo dar uma coisa melhor pra eles [os filhos], mas por outro lado agradeço muito a Deus, porque tem muitos que têm condições bem pior, não têm nem comparação com a nossa, a nossa na frente dessas pessoas ainda é boa. É por isso que aqui na Sapucaia, eu não participo de nada não. Atualmente eu faço bolo, salgado e boto na barraquinha pra vender, eu boto refrigerante, essas coisas, faço pizza. Eu faço e o meu filho e o meu sobrinho vendem. Porque quando um vai pra escola aí eu não posso ficar porque tenho que arrumar as coisas, fazer comida, aí quando um sai o outro fica, aí fica revezando”* (SPC 10).

Do conjunto das informantes apenas uma não possui filhos. Todavia, contou-nos que *“nunca tive filhos, mas criei um bocado de filhos dos outros, porque, simplesmente a mãe veio morar aqui, morreu e o pai abandonou a criança”* (PRO 9). Já tendo criado três filhos, a sua jornada de trabalho ainda é árdua. Com forte espírito, essa moradora dispensa atenção

especial às lutas dos moradores. Sempre atuante nas questões da comunidade, a sua colaboração e dedicação aos outros é visível ao longo de todo o depoimento. Quando perguntada sobre as dificuldades encontradas cotidianamente na favela, ela é taxativa: “*bem existe um adágio popular que diz o seguinte: são três coisas que dignificam o ser humano: o emprego, a família e a religião*”. *Eu tenho todas três, o emprego, a família e a religião, tá bom?* (PRO 9).

Os laços e as redes de solidariedade têm contribuído para atenuar as dificuldades das classes populares. Não propomos generalizar a existência de tais redes e, tampouco, o seu alcance na resolução da problemática urbana; a natureza qualitativa da investigação realizada não permite generalizações fáceis. A predisposição da informante PRO 9 para “criar filhos dos outros”, num contexto de carências crônicas, apenas pode ser compreendida pelo reconhecimento da influência exercida por valores diferentes daqueles que orientam as ações pragmáticas assentadas na racionalidade formal dominante.

Diante do caráter compulsório do local de moradia, das circunstâncias do mercado de trabalho e da precariedade de políticas de educação e lazer, as mulheres valorizam o espaço/favela a despeito dos obstáculos diariamente vivenciados. A luta das mulheres revela traços das práticas cotidianas, ou seja, o “trabalhar”, o “morar”, o “construir afetos e desafetos”, que expressam o desenrolar da vida cotidiana com toda a sua riqueza, limites e possibilidades. A força dessas mulheres pode ser refletida para além do espaço da favela e, também, do gênero feminino, o que, certamente, nos traria uma dose de esperança na luta para a construção de um Brasil muito diferente daquele que temos atualmente, alimentando sonhos e construindo novos caminhos. Enfim, assegurando o direito à cidade.

Referências bibliográficas

- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- HOBSBAWM, E. *A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- PELEGRINO, A. I. C. “Vida cotidiana em favelas do Rio de Janeiro: habitação, trabalho e família”. Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 381 f., Rio de Janeiro, 2003.
- PERROT, M. A família triunfante: In. ARIÈS, P; DUBY, G. (Org.). *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. v. 4, p. 94-103.

- POCHMANN, M. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: BoiTempo Editorial, 2001.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 3ª ed. São Paulo: Record, 2000.
- SARTI, C. O valor da família para os pobres. In. RIBEIRO, I; RIBEIRO, A. C. T. (Org.). *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 1995. p. 131-150.
- SOARES, L. E. A duplicidade da cultura brasileira. In. SOUZA, J. (Org.). *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: Editora UNB, 1999.
- Villoria, A. L. *De La trama de La cotidianidad a los modos de vida urbanos*. El Valle de Chalco. México: Centro de Estudios Sociológicos, El Colegio de México, El Colegio Mexiquense, 1999.